
LUGAR DE AUTOR

Como se dá nome aos bois. Entrevista com Silviano Santiago

Livia Reis
Márcia Paraquett

Em fins de 2025 recebemos da Revista *Telar*, da Universidade de Tucumán, o presente de organizar um número inteiramente sobre literatura brasileira. A partir deste contexto, convidamos o escritor, crítico e professor, Silviano Santiago, para uma entrevista especial. Tivemos o prazer e o privilégio de estar por uma tarde na casa do querido Professor Emérito da Universidade Federal Fluminense, para a deliciosa conversa sobre literatura, cultura, Brasil e muito mais, que os leitores poderão disfrutar nas páginas que seguem. Convidar Silviano para esse número faz todo sentido, pois sabemos que ele é um dos nomes da nossa literatura e nossa cultura mais conhecidos no mundo hispânico, muito lido e estudado por nossos colegas seja no ensaio, na crítica ou nos romances.

Marcia Paraquett, Livia Reis¹: *A partir deste preâmbulo passo à minha primeira provocação. Como disse, você é conhecido e muito lido no mundo hispano-americano, sobretudo o ensaísta, que talvez seja até mais conhecido que o romancista. Sem dúvida o seu trabalho mais difundido na América Latina é o Entre-lugar do discurso latino-americano, ensaio de 1978, publicado no livro Uma Literatura nos Trópicos, do mesmo ano. Creio que esse texto é seminal para quem estuda literatura comparada e crítica pós-colonial além de nos ajudar a entender questões identitárias que permeiam tanto o pensamento brasileiro como o hispano-americano, repleto, sobretudo, de semelhanças e desencontros, porque tanto no Brasil quanto no mundo hispânico as identidades são pensadas a partir de suas próprias realidades, história, geopolítica e língua, quase sempre deixando de lado o contexto continental, que não é o seu caso.*

Entendemos que o conceito do entre-lugar da literatura latino-americana faz exatamente esse deslocamento do escritor brasileiro, pensando como escritor la-

1. A partir de agora, elas serão referidas como M.P. e L.R.

tino-americano. Mais objetivamente, como o conceito de entre-lugar nos ajuda a entender as relações literárias do mundo hispânico com o Brasil, ou seja, a América Latina, como um corpo, entendendo o Brasil como parte da América Latina e nossa produção periférica como criação original?

Silviano Santiago²: Antes de mais, eu gostaria de agradecer a vocês duas, amigas e colegas, por terem se lembrado do meu nome para essa entrevista sobre o entre-lugar, e agradecer também aos nossos colegas de Tucumán, na Argentina, pela sua futura publicação em uma das revistas acadêmicas que editam.

E, por falar em “acadêmica”, acrescento que talvez seja importante dizer algumas palavras iniciais sobre os vários subgêneros de *escrita crítica* que eu manipulo, entre eles, claro, o do objeto da nossa conversa de hoje, o da escrita crítica acadêmica nos seus múltiplos formatos na modernidade. (Esquecerei por um momento a escrita criativa, fazendo apenas alusões aqui e ali.) O mais comum dos subgêneros é a resenha de livro ou curto ensaio de caráter geral, em jornal ou revista. Um tanto elitista, o artigo em revista acadêmica. Para especialistas, o artigo teórico e disciplinar, ou multidisciplinar na pós-modernidade, de pouco acesso e só em livro muitas vezes editado por editora universitária. E mais alguns cuja lista peço que o ouvinte complete.

Curiosamente, o *ensaio* sobre o entre-lugar na literatura latino-americana (datado de 1971), ao ser publicado, inaugura duas fases distintas na minha escrita crítica. Se hoje me ateno à crítica literária e cultural que cultivei, há uma primeira fase de base *universitária*, isto é, que segue os padrões tradicionais da academia, e uma segunda, que será dominada pelo ensaio, ou seja, por uma escrita crítica mais voluntariosa (ou seria mais subjetiva, ou mais oportunista? Ou mais participante?) e sintonizada com o *tempo presente* e que acata também indagações e perplexidades que escapam à simples *close reading* proposta não só pela ‘explicação de texto’ francesa como pelo ‘new criticism’, e que flertam com a atual metodologia de leitura interdisciplinar ou multidisciplinar, proposta pela contemporânea teoria literária europeia e norte-americana, devidamente associadas às várias versões e contribuições da *periféria latino-americana*, por exemplo.

O trabalho culminante da primeira fase é a tese de doutorado que comecei a pesquisar em 1960 e foi defendida em 1968 na Université de Paris (Sorbonne), sobre o romance *Les Faux-Monnayeurs*, de André Gide. Durante os sete anos finais,

2. A partir de agora, ele será referido como S.S.

foi orientada por professor da instituição, Monsieur Pierre Moreau, e escrita de acordo com os padrões universitários europeus. Ironia do destino: apesar de ter tido oportunidade de a publicar, até hoje não a publiquei sob a forma de livro.

Disse que a tese de doutorado culmina, culmina o quê?

O início da minha carreira de bolsista brasileiro em literatura francesa, que se especializa, na Maison de France, no Rio de Janeiro, com professores franceses, e de *jovem professor universitário* nos Estados Unidos a partir de 1962. Do ponto de vista da experiência, a defesa de tese de doutorado é relativamente tardia, pois ela culmina, primeiro, uma série de cursos que tomei como estudante/bolsista em literatura francesa e, em seguida, outra série de cursos em literaturas lusófonas, que ministrei em universidades do Novo México (62-64), de Nova Jérsei (64-67) e de Toronto (68-69). Em 1969-1974, passo a ministrar cursos literatura francesa na universidade do estado de Nova York. Demite-me em 76.

Os contratos como professor definiram a minha atividade profissional, atividade esta que me autossustenta até os dias hoje, agora na condição de funcionário público aposentado. Acrescento que a atividade docente vai além dos limites geográficos e cronológicos que estabeleço para a primeira fase. Percorre toda a minha vida, domina até os dias do aposentado. Hoje, tento ler os cinco últimos romances a partir de duas referências europeias, o *Livro*, de Mallarmé, e o *A la recherche du temps perdu*, de Proust.

Já em 62, nos Estados Unidos, não só dei cursos, como orientei trabalhos de fim de semestre em graduação e pós-graduação. Tudo em acordo com as exigências europeias e locais. Tentei seguir na universidade brasileira, na medida do possível, os padrões de qualidade vigentes tanto na universidade europeia como na norte-americana de então, padrões rigorosos e rígidos, embora maleáveis ao tratamento por um “forasteiro”, ao contrário dos padrões de ensino e de pesquisa que recebi nos anos 1950 em universidade brasileira. Estes primavam pela generosidade e pela boa qualidade, mas a metodologia tinha um caráter ‘impressionista’ (para usar o jargão um tanto pejorativo da época).

A segunda fase surge inicialmente sob a forma de *parêntese* entre a primeira e a segunda fase. Ou seja, ainda se dá, cronologicamente, numa experiência curta e definitiva no Departamento de Francês da State University of New York at Buffalo (69-74). Depois de defendida a tese em literatura francesa, resolvi apostar numa carreira no departamento de literatura francesa. Apresentei-me a mais um concurso, passei, fui contratado e por cinco anos lá estive como professor na universidade

acima citada. Apelidei o curto período de parentético porque antes de ganhar a ousadia participante e de me expressar publicamente como artista e intelectual (fora do campus universitário) pelos outros subgêneros que a crítica literária oferece, tive a minha própria *personalidade* um tanto modificada pelas circunstâncias advindas de retorno profissional à razão da minha eleição da Sorbonne para o doutorado (menciono Sorbonne porque fui aluno antes da mudança de sistema educacional, realizada a partir de 68, no ensino universitário francês).

Ensinar, na condição que ensinei inicialmente, literaturas lusófonas no que lhe é estranho, estrangeiro, não é tarefa que surpreende o sujeito. Não digo que corresponde ao trabalho em círculo vicioso, mas sem dúvida em círculo restrito e pouco estimulante.

De repente, a partir de Buffalo e posteriormente na universidade brasileira, os *estímulos externos* foram tantos (a começar pelo golpe militar de 64) que me senti sendo implodido no campus e, ao mesmo tempo, sendo levado a assumir uma forma diferente de docência, já que os cursos e o contato com alunas e alunos extrapolavam de longe o meu tranquilo e inicial cotidiano gringo. Lançava-me à uma complexa atividade intelectual e a atividades administrativas que beiravam a “pequena política” (para ficar com a distinção de Joaquim Nabuco) e politizada administração universitária. O estilo de vida associado ao campus se extrapolava para as comunidades ao redor do campus.

Estou querendo dizer que, nesse parêntese, curto, é claro, implode não só a *subjetividade* do pesquisador e do docente (e do futuro escritor) como também os semigêneros exclusivos da crítica e da história literária. Depois do meu retorno definitivo ao Brasil, esse parêntese se confunde e serve de alicerce da segunda fase da minha carreira.

A segunda fase começa pra valer no campus da PUC-RJ e, bem posteriormente, no campus da Universidade Federal Fluminense, em Niterói. Nessa fase é que eu assumo plenamente a condição de escritor (escrevo e publico romances, contos e poemas) e de jornalista cultural (escrevo e publico resenhas de livros e artigos para a imprensa diária e semanal de carácter reflexivo sobre cultura, participo de simpósios acadêmicos ou de associações como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência).

Nos anos americanos minha escrita crítica, repito-me de certa forma, se tornou *visível* em revistas acadêmicas que exigiam que o texto a ser publicado fosse aprovado por dois *referees* (juizes). Saíram trabalhos meus em revistas como *Luso-*

Brazilian review, Hispania, MLA, etc Até mesmo o ensaio sobre o entre-lugar foi publicado primeiro em brochura universitária, em inglês (traduzido do francês).

Em seguida, meu trabalho com a literatura se amplificou bastante. Autossustentava-me basicamente com a atividade de professor, mas exercia também outras formas menos rentáveis de escrita literária, atendendo demandas bem diferentes das exigidas pela pesquisa e pela docência. Responsabilizei-me pela edição em papel bíblia de *Intérpretes do Brasil* e escrevi o prefácio e as notas para a correspondência de Carlos Drummond e Mário de Andrade.

M.P., L.R.: *E o ensaísmo crítico?*

S.S.: A gênese do ensaísmo, no meu caso, é, portanto, paralelo à associação da atividade docente com a criação artística. (Ainda adolescente, em Belo Horizonte, fui participante de um cineclube e tive a primeira experiência em ensaísmo na *crítica cinematográfica*. Em formato totalmente alheio, claro, ensaísmo que passa a ser difundido a partir do momento da criação em 1966 das Escolas de Comunicação, em universidade brasileira).³ Na associação do ensaísmo literário à criação artística, há fortes ou fracas, depende, relações entre as atividades, isto é, há encontros, desencontros, aproximações e distanciamentos, etc. A crítica sempre ‘comenta’ a criação, e vice-versa.

O divisor das duas fases foi, sem dúvida, o *ensaio* a que venho me referindo, “O entre-lugar do discurso latino-americano”. Escrito em francês, ele já apresenta pela *ausência* da palavra literatura no título, um tratamento de leitura de texto e não mais de leitura do livro, necessário na época, ou seja, a obra literária é tratada como sendo constituída menos pelas *belle-lettres* e mais por variados discursos sobre o saber. Já lá estava presente, em 71, o desejo de expandir os estudos literários para metodologias que fossem além não só de uma das mais fortes disciplinas das artes como das relações que a disciplina clássica, na sua especificidade, mantinha com a estética. Estamos em novo campo de reflexão, o das metodologias de leitura inter- ou multidisciplinares, numa palavra.

Apresentei o ensaio durante um simpósio na Université de Montréal (Canadá), que durou uma semana. Seriam convidados pelo professor Eugenio Donato três pensadores do contemporâneo daquele momento. O primeiro a falar foi Mi-

3. Nota posterior do autor. O trabalho de crítico de cinema se encontra nos jornais mineiros dos anos 1950 e nos 25 números da Revista de cinema. Informo o dado porque é importante na minha formação o fato de que entro pela teoria artística primeiro pela cinematográfica e só depois pela literária.

chel Foucault, o segundo René Girard e eu, o terceiro. O ensaio que apresentei representava, em evento organizado no Canadá, a América Latina *em tempos de terceiro-mundismo*, de uma perspectiva, por assim dizer, europeia e norte-americana, pois entraria o professor brasileiro num grupo de que participavam dois franceses, um deles morador da França, Foucault, e o outro, dos Estados Unidos, Girard.

O convite para expor reflexões teóricas *não* sobre a literatura brasileira propriamente dita, mas sobre a literatura latino-americana, veio do amigo e colega Eugenio Donato, então professor visitante no Canadá⁴.

É importante que não esqueça de lhes dizer que fiz essa apresentação três anos depois do dia 24 de julho de 1967, data em que o general De Gaulle gritou de alto e bom som, em Montreal, “Vive le Québec libre!”. No texto há várias alusões discretas ao conflito interno canadense que a plateia entendeu. Referiam-se, ou referem-se elas ao Québec livre, relacionando a província francesa ao poder nacional tomado pelos anglo-saxões.

Na minha fala, o entre-lugar latino-americano é também o lugar do Québec no Canadá. Referia-me à soberania da América Latina e também a de uma parte importante do Canadá, onde se fala uma língua neolatina. Nessa época, lembro-lhes também da figura do primeiro-ministro, Trudeau, e do fato de que o Canadá se tornou um país *bilingue*. Todos os documentos públicos eram publicados nas duas línguas. Essas questões propriamente sociopolíticas estão lá no texto de maneira alusiva —contou bastante a experiência de ensino que tive na Toronto University nos anos de 68/69—.

Enquanto fui professor das literaturas lusófonas, nos Estados Unidos, não tinha tido a oportunidade de falar de uma perspectiva mais ampla, a da América Latina. E de falar da América Latina para plateia que não era a anglo-saxona. A escrita do ensaio foi bastante importante na minha carreira porque marca também uma nítida tomada de posição sociopolítica, que existia, mas não vinha sendo explicitada nos meus cursos de pequena audiência em literatura brasileira e portuguesa. Não há que lembrar sempre, mas é bom dizer que vivíamos então o período mais agressivo

4. Nota posterior do autor. É útil que se informe que, nessa época, paralelamente às atividades no Departamento de Francês, contribuí na formação do Puerto-rican Studies Center, na SUNY at Buffalo. O criador foi o professor Francisco Pabón, bom amigo meu desde a Universidade de Rutgers. Do Centro de Estudos participou, por indicação minha, o pensador e político brasileiro Abdias do Nascimento. Lá estiveram presentes, na ordem, Glauber Rocha (com a exibição dos seus filmes), Hélio Oiticica (com a leitura na Albright-Knox Gallery da “Parangolecture”) apes e Augusto Boal (com a apresentação da peça *Arena conta Zumbi*).

do pensamento e da ação terceiro-mundista. Talvez eu tenha atualizado, nos dias de hoje, a noção de entre-lugar com a expressão “literatura anfíbia”. A *anfíbia* é a literatura que tem um pé na estética e o outro na política.

M.P., L.R.: *O entre-lugar responde a inquietações daquele momento na América Latina?*

S.S.: De uma ou da outra perspectiva, enfatizo que a literatura latino-americana tem de ser encarada num espaço *entre*, pois caso contrário a sua produção de qualidade não ultrapassaria as fronteiras nacionais. Lembro também que ambas as perspectivas correspondiam também a certas reivindicações que a minha geração fazia e que, até então, não eram levantadas.

Até a minha geração, domina no Brasil, uma visão da literatura que era apresentada e representada por duas histórias da literatura de boa qualidade. Formam elas um só pilar (contrastivo em si, claro) de onde deve ser lido o ensaio sobre o entre-lugar. As histórias são de responsabilidade de Antonio Cândido e Afrânio Coutinho, ambas publicadas no mesmo ano, 1959. *Formação da literatura brasileira*, a de Cândido, e *A literatura no Brasil*, de Coutinho.

As reivindicações teóricas e políticas que enuncio no ensaio de 71 não vinham de *vácuo* no pensamento brasileiro sobre a literatura nacional. Vinham antes de dois “lugares concretos e vazios”. Diferentes, eles estavam lá, numa e na outra história da literatura, respetivamente. Havia que trazê-los à luz.

Na primeira obra, há a *exclusão do período colonial brasileiro*. Na outra, há o *nacionalismo em excesso que bordejia o ufanismo e que excluía* a vertente Machado de Assis, universalizante. Ambas as exclusões não são gratuitas, já que elas fomentam numa obra e na outra metodologia de leitura dentro da disciplina das *belles-lettres* e sobretudo em cronologia adotada para se enunciar histórica e criticamente o que seria o “começo” da literatura colonial ou ex-colonial, que recebe, que tem o direito ao *adjetivo brasileira*. É evidente que ambas trabalham com a periodização literária por estilo-de-época. E esses dois “lugares concretos e vazios” se esclarecem —para mim— por uma grande decepção e uma não menor admiração.

Serei preciso e curto: uma grande admiração que tinha pela França, e que me levou a enfrentar tudo o que podem imaginar numa época em que não havia bolsa de estudos da Capes e do Cnpq, e a lutar por uma bolsa da Embaixada da França, e a querer fazer o doutorado sobre André Gide na Sorbonne, e finalmente a escrever a tese e a defender em francês. Uma grande admiração, repito, e uma

grande decepção com a França, no momento em que, no ano de 1961, ponho o pé em território gaulês e descubro com os meus próprios olhos, vejo o povo argelino, o colono francês do norte da África, a se rebelar contra a metrópole francesa na própria capital do país colonial. Dou-me conta de que existe concretamente isso a que se chama de “luta colonial”.

Mais importante é que a minha *inocência admirativa* descobre que aquela “descoberta” deveria ter sido um *déjà-vu* para mim, e não era. Até a minha geração a gente não quis enxergar direito o que é *toda* a história do Brasil. A gente se contentava em saber que, a partir do século 18 e do Iluminismo, há uma “sombra” no passado. Descobri que essa sombra tinha nome: é um sujeito histórico europeu.

Em Paris, há um episódio que me escandaliza profundamente. Refiro-me ao acontecimento hoje conhecido como “Massacre de Paris de 17 de outubro de 1961”. Naquele dia, cerca de 30 mil argelinos saíram às ruas de Paris em manifestações contra a repressão que os discriminava e os perseguia. Por ordem do então chefe de polícia de Paris, Maurice Papon, ex-colaborador do governo de Vichy, os manifestantes argelinos foram espancados, baleados e muitos jogados no rio Sena. 300 cadáveres no rio Sena.

O choque foi sadio. Estava lá para escrever e defender tese sobre um dos clássicos da literatura francesa, André Gide, com destaque para a gênese do seu mais famoso romance, *Les Faux-monnayers*, e de repente lá estava querendo abrir tempo no escasso tempo de bolsista para ler a revista *Présence africaine*, ou o belíssimo poema do martiniquês, Aimé Césaire, *Cahier d'un retour au pays natal* (1939). Que eu saiba, nada disso tinha chegado ao Brasil e mal chegava aos Estados Unidos em 1961. A leitura desse livro de poemas foi capital para mim. Eu já sabia que um dia teria de acertar as contas com o meu retorno ao país natal, né?

É ao menos curioso descobrir que a viagem para se aperfeiçoar em literatura francesa do brasileiro a Paris, a fim de ter um título universitário que lhe poderia abrir as portas para boas contratações futuras, tinha sido muito bem planejada e direcionada. Mas da própria *experiência de vida no estrangeiro* é que surge a decepção que contraria as bem direcionadas boas intenções do estudioso.

Outra decepção aparece pela frente, agora com a bolsa recebida do governo francês. Não poderia ter imaginado que o valor da bolsa de estudos francesa, apesar de todas as regalias oferecidas pelo Comité d'accueil au boursier étranger, não era suficiente para me sustentar de maneira modesta. Não recebia dinheiro

de família e tinha de me autossustentar. Fico em 61/62 em Paris. No início de 62 chega a surpresa salvadora.

Um amigo e colega de geração, Heitor Martins, casado com Teresinha, fora contratado em 1959 como professor em universidade norte-americana. Trocávamos cartas e o ponho a par do meu problema. Não conseguirei escrever e defender a tese com bolsa de dois anos. Tinha escolhido um autor difícil, uma questão pouco trabalhada (a gênese de obra literária) e não era fácil ganhar a abrangência de conhecimento necessária para um trabalho de algum peso e a ser escrito noutra língua, que dominava, claro, em virtude aperfeiçoamento no Rio de Janeiro em 1960. Não posso perder a viagem e a inscrição no doutorado francês. Não posso voltar ao Brasil de mãos abanando.

Numa das cartas o Heitor sugere que preste concurso para professor da University of New Mexico, onde anunciam uma vaga em literatura brasileira e portuguesa⁵. Salário bom, livros não me faltariam, a cidade era no cu de Judas, mas talvez fosse até bom. Teria mais tempo para me dedicar à tese. Dito e feito. Sou o escolhido pelo comitê e recebo proposta de contratação. Estou me acostumando na Europa e partirei para um país que desconhecia e uma região limítrofe do México. Entendia mal a língua e mal a falava. Fui salvo pelas constantes viagens ao México, que redundariam em romance sobre a viagem de Antonin Artaud àquele país.

M.P., L.R. : *Então você se tornou um cidadão do mundo, vivendo na França e nos Estados Unidos? Isso mudou o seu entendimento sobre o Brasil, sobre a literatura brasileira?*

S.S.: Fui contratado como Instructor. Teria de adiar a defesa da tese. Só a fui apresentar no ano de 1967/68. Pude continuar a escrevê-la porque o Heitor tinha dito a verdade sobre as bibliotecas norte-americanas. Todos os livros e as revistas acadêmicas necessárias lá fui encontrar. O ponto saliente agora é menos temporal que espacial. Lá estava eu, brasileiro, a *somar* a dura e difícil formação em literatura francesa a uma literatura que conhecia apenas por gosto, a brasileira e a portuguesa. Deveria ensiná-las em país cuja cultura só conhecia pelos filmes, pela música popular, pop, e pelos escritores clássicos modernos que circulavam em tradução no Brasil.

Podem imaginar que era apenas um *amador* em literatura brasileira e não um especialista. E lá estava a minha frente um curso de história (survey, como é

5. Nota posterior do autor. Paradoxal é que me sentia mais douto para ensinar a literatura portuguesa que a brasileira. Tinha sido aluno, em Minas Gerais, de um dos meus melhores mestres em literatura, o professor e erudito lusitano Rodrigues Lapa.

chamado) da nossa literatura e também da literatura portuguesa, ambos divididos em dois semestres. Falo mais da minha experiência em brasileira⁶.

No primeiro semestre que ensinei, começava-se o curso pela leitura da *Carta de Caminha* (1500) até o Romantismo e, no segundo, liam-se as obras literárias representativas daquele movimento literário até o Modernismo.

No primeiro dia de aula o já grave problema do amador em literatura nacional se complica mais ainda. Quem já tinha visto o ‘Massacre de Paris em outubro de 61’ e já tinha lido alguns números da revista *Présence africaine* e amado o longo poema de Aimé Césaire, como poderia ensinar a Carta de Caminha sobre a dita descoberta do Brasil?

Por um semestre, me nocautearam os textos escritos em língua portuguesa durante o período colonial, o primeiro deles pelo escrivão da esquadra portuguesa, e que tinham como objeto a implantação de dois *códigos* no Brasil, o linguístico e o religioso. Colonização em língua portuguesa e Cristianismo – lá está dito em *Os lusíadas*.

Antes de mais nada, tinha de repensar a minha formação estritamente literária e em literatura europeia, para poder escapar dos chavões colonialistas de que se valiam os historiadores daquela época (aliás, o próprio responsável pela edição da *Carta*, vendida aos alunos na livraria da universidade, era lusitano) Tinha, antes de mais, de *repensar* a minha formação estritamente literária e em literatura europeia, para poder escapar dos chavões de que se valiam os historiadores lusófonos, para comentar a *Carta de Caminha*.

Como ler aquele texto com alunos que, eles próprios, vivem numa região dos Estados Unidos onde os indígenas ainda se vestiam à caráter nas ruas das cidades de Albuquerque, Santa Fé e Taos? Nesta ainda se conservavam as tabas dos indígenas pueblos, visitadas no século 20 por Aldous Huxley, D. H. Lawrence, Carl Jung, Aby Warburg, etc. No meu caso, o ensino da literatura nacional tinha “começado” no século 18. Primeira leitura: os árcades mineiros, em Ouro Preto. Tinha pela frente um semestre cheio de más intenções e vazio de conhecimento.

Tenho que ler muito, pensar e... inventar a partir de recentíssimas e mal digeridas leituras alguma metodologia de leitura. Nunca mais lerei tantos livros durante dois anos.

6. Nota posterior do autor. Para se entender o que pode surgir do ensino paralelo de uma literatura europeia, metropolitana, e uma literatura latino-americana, colonial e/ou periférica, leia-se um texto meu publicado em *Hispania*, 1966, e intitulado “Camões e Drummond: A máquina do mundo”. Em seguida, seria interessante ler: “Eça, autor de *Madame Bovary*” (1970), em *Uma literatura nos trópicos*.

M.P., L.R.: *Ou seja, você teve que ensinar nos Estados Unidos uma literatura com a qual você ainda não tinha intimidade. Naquela época cresceu a sua relação com o México? Sua leitura da carta de Caminha já seria decolonial?*

S.S: Lá estive eu a manejar uma *estratégia de leitura* que foi ganhando sentido à medida que ia ministrando as muitíssimas e sucessivas aulas e escrevia tese sobre grande romancista francês que, por sua vez, sempre me lembrava, nos seus textos mais audaciosos, que a França era um país colonial. Lembro constantemente de *Voyage au Congo* (1927), o relato de viagem a dois países africanos em que Gide faz terríveis denúncias políticas.

Em Albuquerque, durante dois anos, estive a ensinar uma cultura estrangeira a estudantes cuja língua, o inglês e, em alguns casos, o espanhol ou língua indígena, e eu não a dominava. E tinha de entrar mais profundamente em novo, diferente e complexo ethos para poder ter um ensino diferenciado e eficiente.

Entre os alunos havia um que guardava nome e costumes indígenas. Constatei a eficiência do ensino do momento em que ele me convidou para ir à casa da sua família para jantar. A casa, por fora, era no estilo pueblo (em argila) e por dentro o chão da sala, por exemplo, era de terra batida. Grande e inevitável surpresa no país gringo dos índios pueblo.

Chego à conclusão de que a maneira contemporânea de ler a *Carta de Caminha* seria através da *linguagem figurada* que serve de maneira certamente inconsciente, para montar a ideologia colonial portuguesa que direcionaria e direcionou a colonização daquela região que se transformaria pela futura emancipação no Estado nação brasileiro. Nenhum significado de palavra deve ser tomado ao pé-da-letra, literalmente, todos os vocábulos e expressões tinham que ser tomados no seu sentido figurado (se o tivessem). Para se chegar à realidade da “descoberta” do Brasil era necessário *ler as metáforas do texto, muitas ainda escritas em latim*.

E, na medida em que você toma a produção do texto e a sua eficácia de convencimento pelo seu sentido figurado, você naturalmente vai descobrindo o significado oculto das metáforas e, não sem muito espanto, descobre que a principal delas, é ‘semen est verbum Dei’ (‘a semente é a palavra de Deus’; no contexto: Vossa Alteza deve plantar nessa nova terra a semente da palavra de Deus, cito de cor). Evidencia-se —e se torna tópico de discussão em aula— uma das tarefas da colonização. A catequese do povo indígena.

Dois criminosos portugueses, que vieram na esquadra, foram ao final da viagem levados para a terra e por lá ficaram. De acordo com o texto, iriam

aprender a língua local e seriam os primeiros a ensinar a palavra Deus aos indígenas. Será tarefa fácil, porque os futuros súditos da majestade portuguesa são tão inocentes quanto Adão e Eva no tempo bíblico. Vivem todas e todos nus. As mulheres mostram as partes pudendas sem vergonha alguma, até a homens completamente estranhos. Por outro lado, nada têm de “escrito” na cabeça. São *tanquam tabula rasa*. E por aí vão os argumentos metafóricos do escrivão.

Durante as duas primeiras aulas, fomos desmontando a *Carta* de tal maneira que ela se torna um texto bastante sofisticado cuja leitura se desdobra em duas, três, quatro, muitíssimas questões que são as que mais importam no conhecimento das nações do Novo Mundo que passaram pela longa e terrível experiência colonial. A questão do genocídio indígena lá está, em sua gênese. Mas não está evidentemente a gênese da questão da escravização do africano, obrigado a se transferir para a colônia portuguesa. É povo diaspórico na constituição do Brasil e foram trazidos à força quando se faltava a força-trabalho do indígena seja pela morte seja pelo desaparecimento gradativo na selva.

M.P., L.R.: *Existe influência do pensamento de Derrida na sua noção de entre-lugar?*

S.S.: Adianto-me no tempo e salto para o outro período, 1969, em que ensino literatura francesa nos Estados Unidos e sou levado a me informar sobre as novas metodologias de leitura, entre elas —salto de novo várias experiências de leitura teórica— as propostas pelo pós-estruturalismo parisiense e as filosofias da diferença, com Michel Foucault e Jacques Derrida à frente.

Com a historiografia do Ocidente tal como exposta e defendida por eles, noto que a tendência à *metaforização*, que julgo ser uma das forças mais obscuras e concretas de conhecimento da atividade de colonização, pode ser melhor compreendida pela noção de *diferença*. A leitura que faço quase que de maneira intuitiva visava a preencher, no objeto escrito, um espaço *entre*, pleno mas aparentemente vazio, um entre-lugar, que está sempre *em produção* no correr dos textos lidos e a serem lidos. O preenchimento não pode ser só intuitivo. Requer certo controle semântico, racional, para que se compreenda melhor a instância do poder colonial e a sujeição do colono.

Sempre há uma tendência da escrita colonizadora à metaforização, à idealização da terra, num gesto senhorial, *aparentemente* em favor da terra e do seu habitante. Idealização da terra e do seu habitante, do seu morador original. Em favor do quê? Em favor de algo que é necessário e que lhes falta (são *tanquam tabula rasa*) para que cheguem à condição de se reconhecerem como pós-adâmicos,

como humanos, e futuramente como “bons selvagens”. É necessário que se lhes dê a oportunidade de receber de Deus e do Rei alguma coisa. E essa coisa lhes será fornecida no futuro próximo.

A partir dessas reflexões é que começo a trabalhar a questão da *diferença* derridiana como sendo a constitutiva de um entre-lugar. Tanto a leitura de Derrida, como a de textos propriamente artísticos e a de documentos históricos requeriam essa ferramenta. Bem alimentada e bem afiada, a ferramenta de leitura deveria focar nos textos o entre-lugar e, na medida do possível, se servir dela, fortemente, para estruturar a leitura em torno da diferença que alicerça os textos e os explica melhor que a leitura disciplinar seja do texto artístico, seja do documento histórico.

O entre-lugar requer um trabalho de pesquisa e de leitura sempre ampliado. Inicialmente, tem mais fácil rentabilidade na leitura de textos do período colonial ou de fundamento neocolonial. Voltemos ao exemplo da *Carta de Caminha*. O leitor vai notar que é lá que a metáfora da semente tem uma rentabilidade incrível.

Vejam. Um século e meio depois de escrita a *Carta*, o Padre Antônio Vieira diz no púlpito o “Sermão da Sexagésima” (1665), onde usa a “Parábola do Semeador” (“pregar é semear”) para questionar a ineficácia da pregação católica no Brasil.

A metáfora da semente, em semelhança ao significado que ganha na *Carta de Caminha*, se repete, mas com (1) o sentido nítido de uma leitura de fundo bíblico não só do árduo trabalho de catequese como compreensão do próprio relato histórico da colonização portuguesa, e (2) como leitura qualitativa do trabalho de catequese. Como terceira intenção, a palavra de Vieira visa a jogar uma ordem religiosa contra outra, que está sendo feito qualitativamente melhor por uma ordem religiosa que por outra. Jesuítas são melhores que os dominicanos.

Diz o sermão barrocamente, e aqui em desconstrução: três quartos das sementes plantadas na *tabula rasa* [na mente do indígena] não germinou, apenas um quarto chegou a germinar, e talvez frutifique. E é por isso que —lá vem um belo trocadilho de época— que conta menos o trabalho de catequese no Paço, junto ao Rei (os puxa-sacos do monarca, os dominicanos) que a evangelização que é feita pelos passos (dos missionários no Brasil, os jesuítas). Dreams that money can buy. Boa briga entre ordens religiosas. Não se faz a catequese no *paço* real, mas graças aos *passos* que são dados em terra hostil.

Pode-se continuar a “perseguir” na história da literatura e da cultura brasileira a metáfora da semente. Variadíssimos serão os textos. Valho-me apenas dos que são classificados como literários. Dou dois exemplos.

Dois séculos depois do sermão de Vieira, no romance romântico *Iracema* (1865), a semente se *humaniza* na figura dramática de um guerreiro português. É *sémen*, evidentemente masculino e patriarcal. O sémen do português Martim (etimologicamente, o deus Marte, guerreiro) que engravida a sedutora indígena Iracema (etimologicamente, a ‘virgem dos lábios de mel’) pelo seu estupro.

Não foi estupro de uma virgem, afirma o romancista católico e escravocrata, em off, ao leitor atento. Ela tinha oferecido antes, ao guerreiro, o licor de Jurema. A bebida o inebria e leva o jovem Martim a perder a compostura e o juízo. Não a violentou, deixou-se ser *seduzido* por ela. Nessa genealogia do povo brasileiro, o nome do filho gerado pelo sémen de Martim, Moacir, diz muito. Na língua indígena, seu nome significa ‘filho do sofrimento’. Ora, pois, no Romantismo brasileiro, o próprio e futuro cidadão brasileiro já é dado como filho do sofrimento.

Para desconstruir a metáfora hoje, basta uma rápida leitura do manifesto “Pau Brasil”, de Oswald de Andrade. Por exemplo: “A alegria é a prova dos nove”. Adeus, sofrimento identitário.

Outro exemplo está no romance *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1915), do escritor negro Lima Barreto. Trata-se de ficção bem ousada porque o presidente da República, Marechal Floriano Peixoto, é personagem ficcional. Portanto, nos tempos republicanos do marechal Floriano, o Policarpo Quaresma descobre o óbvio: o brasileiro tem um conhecimento apenas *livresco* da sua pátria e, por isso, desconhece quais seriam as razões para o atraso do país no conjunto das nações modernas. Uma das evidências do subdesenvolvimento brasileiro é a metaforização dos vocábulos descritivos da terra selvagem e dos seus moradores. Está de volta a semente da *Carta de Caminha*, agora, desmetaforizada, ganhando o sentido de embrião vegetal.

O Policarpo deixa a capital da República, o Rio de Janeiro, e parte para o campo. Dedicar-se à agricultura, ao plantio de sementes na terra *livrescamente* dada como ubérrima. As sucessivas atividades agrícolas, apenas *livrescas* no saber brasileiro, não tinham os pés no terra-a-terra. Era negligenciada a saúde dos moradores do campo e, entre os insetos daninhos que sobram nos trópicos, esquecia-se da formiga, a se alimentar de toda e qualquer folha verde.

Policarpo volta ao Rio para comunicar ao presidente o *fracasso* da sua tentativa qualidade de agricultor.

No romance de Lima Barreto lá está, ao final, o bordão que é endossado por Monteiro Lobato (na figura do Jeca-Tatu) e por Mário de Andrade (em *Macunaíma*): “Pouca saúde e muita saúva, os males do Brasil são”. Num parêntese, há que se acrescentar que todas essas questões estão de volta não só para nós, brasileiros, mas para o mundo. Leia-se toda a bibliografia sobre os avanços e as formas (repetitivas) do neo-colonialismo atual, a explodir nos países do Oriente Médio e até mesmo numa república aqui ao lado, a Venezuela. O seu presidente da República é raptado pela força militar norte-americana em nítida invasão de território estrangeiro. Interesse: o petróleo. Velhos e bons os tempos os do soft-power colonizador. Nem menciono o mais grave problema da colonização do Novo Mundo, o da escravização do povo africano e o do *preconceito racial* que dele deriva.

M.P., L.R.: *Vejo que o entre-lugar se relaciona com toda a sua história, sua biografia. Afinal o entre -lugar é um conceito, uma ferramenta?*

S.S: Retomo, uma vez mais, à questão inicial que vocês duas colocam com vistas a um melhor entendimento da gênese da ideia de entre-lugar. É uma ferramenta de trabalho, sim, que fisiologicamente (ou seja na sua gênese) tem a ver com o autobiográfico. Na sua gênese íntima, esclareço.

Julgo mais apropriado dizer que a gênese do entre-lugar está ligada à tentativa de um estudioso brasileiro, que se interessa principalmente pela literatura e pelas artes e também pela cultura no seu sentido amplo, de um estudioso brasileiro, repito, em constituir um pensamento vivo, aberto e alerta, e não um pensamento meramente reprodutivo de periférico com boa e diversificada escolaridade.

Daí que se eu me tivesse fixado apenas na materialidade do trabalho acadêmico que, a partir dos 30 anos de idade, passo a possuir, em aprendizado nas universidades brasileira e estrangeira, eu estaria sempre me escondendo de mim mesmo, *me traindo*. Daí advém também o fato de, no momento cronológico em que sou convidado a escrever uma palestra, cujo formato oral me conduziu a contrariar as linhas fundamentais do trabalho universitário, eu ter preferido (ou ter optado por) expressar-me na forma de ensaio. Joguei fora tanto as notas de pé-de-página como as páginas finais de bibliografia. O ano? O de 1971. Objeto da palestra: o entre-lugar (da literatura latino-americana).

O ensaio, no meu caso, talvez apresente uma forma que é mais próxima do romance pós-moderno, que eu escrevo, mais próxima da poesia, que faço, do que da notável e maravilhosa contribuição dos grandes pensadores europeus modernos à crítica e à história literária ocidental.

Se se leva em conta essas observações e digressões, percebe-se que a própria ideia de “conceito” não pode ser aplicada, ou não deveria ser aplicada, não pode? Não deveria ser? Exagero.

Exagero nas proibições. Não compete a mim dizer se o meu leitor pode ou não considerar conceito o entre-lugar. Tenho de ter consciência de que o lancei no mercado, mas tenho também de me dizer que o seu *futuro*, se ele o tiver, claro, não depende de mim nem das minhas proibições, rs. Afirmo que acho, que julgo que a noção de entre-lugar, no modo como o configuro, não deve ganhar a categoria de conceito.

Por quê? Porque nas filosofias da diferença, como explica Jacques Derrida, em *L'Écriture et la Différence* (1967), não há possibilidade de você trabalhar com conceitos. Faz-se a genealogia pela *différence* pela reflexão sobre a *différance* (a partir do *a* que se lê e que não se escuta). O objeto da ferramenta de trabalho é a escrita, o texto, não é a fala humana, e um dos pontos básicos da definição de conceito é que ele é uma ideia geral que permite identificar foneticamente qualquer objeto no mundo. O entre-lugar visa a compreender não a *fala* de Sócrates, mas o *texto escrito* platônico, para recair num lugar-comum e pensar no famoso ensaio de Derrida, “La pharmacie de Platon”. Ele é responsável por um *quase* absurdo (certamente utópico) enriquecimento semântico que é gerado pela *leitura de texto escrito*.

Volto uma vez mais à *Carta de Caminha*. A sua leitura em conceitos da época ou do século 18 ou do conservadorismo de hoje, levaria o leitor a endossar o projeto colonial que é o de *transformar* (na maioria das vezes, à força) a terra conquistada e os seus moradores em *cópia* da terra conquistadora. Essa busca de *unidade colonial*, que vai além evidentemente das fronteiras europeias e, em última instância, ocidentais, é o que Derrida considera como uma das mais poderosas forças socioeconômicas e políticas de *centramento*, por exemplo, o eurocentramento da América Latina a partir da sua “descoberta” pelos portugueses e espanhóis. Ou, caso que o filósofo nascido na Argélia conhece tão bem, o eurocentramento do mundo árabe. Leia-se o indispensável ensaio *L'autre cap*.

A ausência de transcrição em tupi-guarani da fala indígena é o que há de mais terrível na Carta de Caminha. Como objetos humanos, os indígenas só

são lidos como *sem* linguagem, ou seja, sem a linguagem humana que teria permitido o *diálogo* entre os dois grupos que se desconhecem mutuamente. Entre os dois grupos não impera a linguagem fonética. Sorte nossa que tenhamos um documento histórico tão rico, que nos possibilita, graças à *escrita*, uma complexa porque infindável leitura do que teria realmente acontecido naqueles séculos em que as duas civilizações estiveram frente a frente. Os indígenas, na Carta, são a priori animais. Só os podemos “ler” pelo *comportamento*. E pelo comportamento tal como é filtrado por olhos europeus.

O projeto futuro da terra e dos seus moradores é mais que eurocêntrico, é etnocêntrico, e assim por diante. O texto da Carta ao monarca português está a representar simbólica e literalmente a vitória da Europa pelo indispensável e lento genocídio indígena. Eis o que se chama de um conflito assimétrico, tanto válido nas palavras de Montaigne, que abrem o ensaio em pauta, como a atualidade do conflito entre os Estados Unidos e o Irã.

Quantos séculos não há que se esperar para que se entenda que o povo indígena brasileiro é tão interessante como matéria cultural quanto o indígena inca ou o asteca. Aguardávamos Lévi-Strauss. Paradoxo dos paradoxos.

O povo daquela terra tropical é nômade. Não edifica cidades, não tem uma organização social estável no espaço geográfico organizado pela força interna do “poder coercitivo” (apud Pierre Clastres). O povo indígena brasileiro “edifica” a sua civilização por mitos. Não é essa a lição que vai nos oferecer Lévi-Strauss?

A própria cidade dos incas e dos astecas é que os favoreceu durante a conquista. Pois as leituras daquelas culturas estranhas eram feitas a partir do modo como se liam as próprias cidades que os conquistadores defrontavam. Cidades com lideranças indígenas estabelecidas e consagradas por todos os moradores. As cidades eram *semelhantes* às europeias, e é na semelhança que se tornam mais *seguras*, já que podem se apresentar como *resistência* ao guerreiro estrangeiro que invade terreno alheio para a conquista. E a nossa cultura indígena, a do povo tupi-guarani, para generalizar, foi desfavorecida desde o início. Ele se apresentou aos portugueses na praia onde as caravelas ancoravam e, por mais que se buscasse cidades, não as encontravam.

Lida com o cuidado desconstrutor, percebe-se na *escrita* de Caminha que a maior dificuldade que enfrenta Pedro Álvares Cabral para estabelecer o bom diálogo com o ser humano a ser conquistado é a falta de um *chefe*, que pudesse servir de interlocutor privilegiado.

Trazem a bordo da caravela um indígena saliente, dão-lhe presentes, fazem-lhe agrados, mas no dia seguinte o procuram na multidão e tinha desaparecido. Sem a representação de moradias em cidade construída, semelhante à europeia, tendo sido organizados em comunidades que dispensam a força do poder coercitivo (quando não em guerra contra os inimigos, é preciso fazer a ressalva) os indígenas brasileiros se tornaram presa fácil.

A ferramenta entre-lugar aponta *assimetrias* entre forças diferentes, em jogo. As forças em atuação em *encontro* tão excepcional são sempre numerosas, mas têm de ser divididas entre forças mais poderosas e forças mais fracas. As poderosas vão sempre vencer. E as forças mais fracas serão sempre sobreviventes e, se desprovidas de vida, tendem a ser apagadas da face da Terra. A ferramenta em pauta favorece uma leitura do que há de *traço sobrevivente* na escrita em língua portuguesa, que nos foi legada. No caso brasileiro, o *traço sobrevivente* da escrita foi de tal modo apagado que só reaparece como força reveladora de uma cultura excepcional no século 20, com os antropólogos, e no século 21, neste momento, com a extraordinária arte indígena, de que é exemplo o artista plástico Jaider Esbell, nascido no estado de Roraima.

M.P., L.R.: *Existe influência do pensamento de Derrida no entre-lugar?*

S.S.: Tive a grande honra de participar do primeiro congresso realizado na Argélia (país onde nasceu o filósofo) em homenagem a Jacques Derrida. Fui convidado a falar nessa reunião acadêmica, a primeira a ser realizada no outro lado do Mediterrâneo, para retomar o belo título de ensaio derridiano, “l’autre cap”. Sua importância para o enriquecimento do meu modo de pensar a partir de 1962 foi extraordinária.

Gostaria finalmente de que se dessem conta de um curioso movimento de sobrevivência latino-americana. Fui ler Derrida cinco anos depois de ter começado a ler os textos coloniais da história brasileira. Isso quer dizer que não chego à leitura do “filósofo da desconstrução” como se fosse um aprendiz de primeira viagem. Chego aos seus textos já consciente de que se deve ter um olhar *diferente*, sensibilidade menos sensível à repetição do mesmo no processo de leitura e explicação docente de texto escrito por europeu referente ao Brasil ou mesmo escrito por brasileiro, e principalmente certa audácia em apresentar esse material como sendo do interesse da pequena comunidade que se forma numa sala de aula ou daquela outra que se forma em torno de qualquer texto escrito e publicado.

Sou duma cidade do interior de Minas Gerais e uma das coisas mais fascinantes é notar “como se dá nome aos bois”, para retomar uma expressão conhecida, já que muitas vezes as coisas acontecem de maneira desorganizada e sem forma. E o nome é um modo de torná-la mais bem reconhecível para si mesmo e até para o outro.

Derrida me ajudou a dar nome aos meus bois soltos no campo do saber brasileiro e latino-americano. Derrida me disse para trazê-los para o curral da desconstrução. Não só seriam mais bem tratados como também viveriam em vida comunitária mais ampla.

O título do primeiro livro dele que li: *A escrita e a diferença*, já diz quase tudo. Apresso o raciocínio meu: como já vinha trabalhando com os conceitos de diferença, desconstrução, descentramento do logo-, etno- e fonocentrismo, e assim por diante, a própria noção de universal perdeu sentido diante do europeocentrismo da colonização portuguesa dos trópicos, e por que não trabalhar, ao final da vida, com uma noção que nos lega o romancista Machado de Assis, que a escrita literária brasileira pode ser democrática.

M.P., L.R.: *Muito obrigada professor Silviano por ter nos brindado e aos leitores da Revista Telar com essa linda aula. Foi um prazer conversar sobre literatura, entre-lugar, América Latina e Brasil. O prazer foi ainda maior por ter dividido sua biografia acadêmica com seus leitores.*